

<b>CÓDIGO</b> <b>S04</b>	<b>PROVA</b> <b>V</b>	<b>ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS</b>
<b>MANHÃ</b>		

## ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL - DIREITO

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A honra não consiste em não cair nunca, mas levantar cada vez que cai.”*

*Autor desconhecido*

### A T E N Ç Ã O

1. Este **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.fec.uff.br](http://www.fec.uff.br), conforme estabelecido no Cronograma.

Realização:

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

**O SINO DE OURO**

- 1 Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade cujo nome não estou certo, mas acho que é Porangatu, que fica perto do rio de Ouro e da serra de Santa Luzia, ao sul da serra Azul - mas também pode ser Uruaçu, junto do rio das Almas e da serra da Passa Três (minha memória é traiçoeira e fraca; eu esqueço os nomes das vilas e a fisionomia dos irmãos, esqueço os mandamentos e as cartas e até a amada que amei com paixão) -, mas me contaram que em Goiás, nessa povoação de poucas almas, as casas são pobres e os homens pobres, e muitos são parados e doentes e indolentes, e mesmo a igreja é pequena, me contaram que ali tem – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro.
- 2 Lembrança de antigo esplendor, gesto de gratidão, dádiva ao Senhor de um grã-senhor - nem Chartres, nem Colônia, nem S. Pedro ou Ruão, nenhuma catedral imensa com seus enormes carrilhões tem nada capaz de um som tão lindo e puro como esse sino de ouro, de ouro catado e fundido na própria terra goiana nos tempos de antigamente.
- 3 É apenas um sino, mas é de ouro. De tarde seu som vai voando em ondas mansas sobre as matas e os cerrados, e as veredas de buritis, e a melancolia do chapadão, e chega ao distante e deserto carrascal, e avança em ondas mansas sobre os campos imensos, o som do sino de ouro. E a cada um daqueles homens pobres ele dá cada dia sua ração de alegria. Eles sabem que de todos os ruídos e sons que fogem do mundo em procura de Deus - gemidos, gritos, blasfêmias, batuques, sinos, orações, e o murmúrio temeroso e agônico das grandes cidades que esperam a explosão atômica e no seu próprio ventre negro parecem conter o germe de todas as explosões - eles sabem que Deus, com especial delícia e alegria, ouve o som alegre do sino de ouro perdido no fundo do sertão. E então é como se cada homem, o mais pobre, o mais doente e humilde, o mais mesquinho e triste, tivesse dentro da alma um pequeno sino de ouro.
- 4 Quando vem o forasteiro de olhar aceso de ambição, e propõe negócios, fala em estradas, bancos, dinheiro, obras, progresso, corrupção - dizem que esses goianos olham o forasteiro com um olhar lento e indefinível sorriso e guardam um modesto silêncio. O forasteiro de voz alta e fácil não compreende; fica, diante daquele silêncio, sem saber que o goiano está quieto, ouvindo bater dentro de si, com um som de extrema pureza e alegria, seu particular sino de ouro. E o forasteiro parte, e a povoação continua pequena, humilde e mansa, mas louvando a Deus com sino de ouro. Ouro que não serve para perverter, nem o homem nem a mulher, mas para louvar a Deus.
- 5 E se Deus não existe, não faz mal. O ouro do sino de ouro é neste mundo o único ouro de alma pura, o ouro no ar, o ouro da alegria. Não sei se isso acontece em Porangatu, Uruaçu ou outra cidade do sertão. Mas quem me contou foi um homem velho que esteve lá; contou dizendo: “eles têm um sino de ouro e acham que vivem disso, não se importam com mais nada, nem querem mais trabalhar; fazem apenas o essencial para comer e continuar a viver, pois acham maravilhoso ter um sino de ouro”.

- 6 O homem velho me contou isso com espanto e desprezo. Mas eu contei a uma criança e nos seus olhos se lia seu pensamento: que a coisa mais bonita do mundo deve ser ouvir um sino de ouro. Com certeza é esta mesmo a opinião de Deus, pois ainda que Deus não exista, ele só pode ter a mesma opinião de uma criança. Pois cada um de nós quando criança tem dentro da alma seu sino de ouro que depois, por nossa culpa e miséria e corrupção, vai virando ferro e chumbo, vai virando pedra e terra, e lama e podridão.

(BRAGA, Rubem. In *Elenco de cronistas modernos*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 53-55.)

1. Segundo a crítica, Rubem Braga inovou a crônica brasileira. Mestre em descobrir o lado significativo dos acontecimentos triviais, comunica suas descobertas ao leitor numa prosa de admirável simplicidade, cujo conteúdo poético advém de sua visão essencialmente lírica da realidade. Na crônica acima, vemo-lo trabalhando com um elemento da simbologia religiosa – o sino de ouro –, num percurso que vai do concreto para o abstrato e em conclusão que remete o leitor a uma reflexão sobre valores da existência humana. Das afirmativas abaixo, relacionadas ao sino de ouro, NÃO pode ser depreendida do texto a seguinte:

- A) apesar da pobreza do lugar, da pouca saúde e inação dos homens, e da reduzida dimensão da igreja, a localidade situada no fundo do sertão de Goiás, de cujo nome o narrador não se recorda, possui uma coisa bela e espantosa: um grande sino de ouro.
- B) o som emitido pelo sino de ouro alimenta de alegria diariamente os homens pobres do sertão de Goiás, permitindo-lhes deduzir que Deus também se deleita com o som alegre do sino, acatando-o acima de todos os outros sons a ele dirigidos pelo mundo.
- C) o som de extrema pureza e alegria do sino bate forte dentro do sertanejo goiano, ajudando-o a resistir às investidas dos forasteiros que vêm propor negócios e modernidade, pois o ouro do sino serve para o louvor a Deus, e não para a perversão.
- D) feito de um ouro de alma pura, ouro do ar e da alegria, o sino de ouro é o suficiente para a existência do sertanejo goiano, levando-os a praticar o essencial para comer e continuar a viver, pois para eles ter um sino de ouro é a suprema perfeição.
- E) as crianças, assim como Deus, compreendem a beleza de se poder ouvir um sino de ouro, pois elas nascem com um sino de ouro dentro da alma, o qual, com o tempo, se deteriora e apodrece, a ponto de tornar o homem refém de suas próprias ambições.

2. A leitura atenta do 2º parágrafo, “Lembrança de antigo esplendor, gesto de gratidão, dádiva ao Senhor de um grã-senhor - nem Chartres, nem Colônia, nem S. Pedro ou Ruão, nenhuma catedral imensa com seus enormes carrilhões tem nada capaz de um som tão lindo e puro como esse sino de ouro, de ouro catado e fundido na própria terra goiana nos tempos de antigamente”, permite ao leitor entender que:

- A) o sino de ouro – de ouro catado e fundido no estado de Goiás – representou a opulência de uma época, e ainda uma oferenda de reconhecimento a Deus, feita por uma personalidade eminente; sua sonoridade superava, em beleza e suavidade, os colossais sinos das maiores catedrais europeias.
- B) o sino de ouro foi fabricado na terra goiana por um grã-senhor, que o ofereceu como dádiva a Deus como gesto de agradecimento; a beleza e pureza de sua sonoridade faziam inveja aos sinos das grandes catedrais europeias.
- C) a grandiosidade de uma época se fazia notar pela doação de um sino de ouro, feita por um religioso, em agradecimento a Deus, sino que, garimpado e beneficiado na terra goiana, tinha uma sonoridade comparável, em beleza e pureza, à dos carrilhões das catedrais francesas, alemãs e romanas.
- D) como recordação de uma época, o sino de ouro representou o máximo esplendor da igreja onde estava instalado, pois o ouro de que fora fundido era da terra goiana e, além disso, sua sonoridade bela e pura em muito superava os carrilhões das catedrais góticas de parte da Europa.
- E) o sino de ouro representou a opulência de uma época, e ainda uma oferenda de reconhecimento a Deus, feita por um grã-senhor; sua sonoridade superava, em beleza e suavidade, os colossais sinos das maiores catedrais europeias pelo fato de o ouro ter sido catado e fundido no estado de Goiás.

3. Considerando-se a forma como está redigido e o sentido geral do texto, o período “É apenas um sino, mas é de ouro” (3º parágrafo) denota, essencialmente, um contraste entre os seguintes pensamentos:

- A) pequenez e amplitude.
- B) simplicidade e grandeza.
- C) inferioridade e proeminência.
- D) exiguidade e vastidão.
- E) baixaza e honradez.

4. Na introdução do texto – 1º parágrafo – o autor, com o intuito de enfatizar o tema de sua crônica, produziu um período extenso, com vários elementos de descrição, e também com reiteração do verbo da oração principal seguido do pronome objeto indireto – “contaram-me / “me contaram”. Dos resumos feitos abaixo, aquele em que se reproduzem os elementos narrativos e descritivos essenciais ao entendimento do 1º parágrafo é:

- A) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade que pode ser Porangatu ou Uruaçu, povoação de poucas almas, de casas simples e homens pobres, doentes e indolentes, existe – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro.
- B) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade cujo nome não estou certo, mas acho que é Porangatu, mas também pode ser Uruaçu, me contaram que em Goiás, nessa povoação de poucas almas, e onde mesmo a igreja é pequena, ali tem – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro.
- C) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, em Porangatu, ou Uruaçu, há um grande sino de ouro.
- D) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade cujo nome não estou certo, que pode ser Porangatu, ou pode ser Uruaçu (minha memória é traiçoeira e fraca; eu esqueço os nomes das vilas e a fisionomia dos irmãos, esqueço os mandamentos e as cartas e até a amada que amei com paixão), nessa povoação de poucas almas, de casas simples e homens pobres, parados e doentes e indolentes, e de igreja pequena, ali tem um grande sino de ouro.
- E) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade que acho que é Porangatu, povoação de poucas almas, de casas pobres e homens pobres, e muitos são parados e doentes e indolentes, e mesmo a igreja é pequena, tem – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro.

5. Das alterações feitas abaixo na redação do período “Com certeza é esta mesmo a opinião de Deus, pois ainda que Deus não exista, ele só pode ter a mesma opinião de uma criança” (6º parágrafo), aquela que pode ser considerada uma paráfrase deste período, por ter mantido o sentido original, é:

- A) Evidentemente é esta realmente a opinião de Deus, dado que conquanto Deus não exista, ele pode ter só a mesma opinião de uma criança.
- B) Provavelmente é esta de fato a opinião de Deus, porque embora Deus não exista, só ele pode ter a mesma opinião de uma criança.
- C) Certamente é esta realmente a opinião de Deus, porquanto mesmo que Deus não exista, ele só pode ter opinião análoga à de uma criança.
- D) Seguramente a opinião de Deus é esta mesmo, portanto não obstante Deus não existir, só pode ter ele opinião idêntica à de uma criança.
- E) Indubitavelmente esta inclusive é a opinião de Deus, por conseguinte se bem que Deus não exista, ele pode só ter a mesma opinião de uma criança.

6. Das alterações feitas na redação do trecho “Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade cujo nome não estou certo...” (1º parágrafo), está INCORRETO, do ponto de vista da regência, a seguinte:

- A) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade de cujo sino todos se orgulhavam...
- B) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade para cuja igreja grande multidão se dirigia...
- C) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade por cujo nome não me recordo...
- D) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade em cuja periferia estava localizada a igreja do sino de ouro...
- E) Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade cuja fama estava relacionada ao sino de ouro...

7. Os sufixos que formam as palavras LEMBRANÇA e GRATIDÃO são sinônimos, respectivamente, dos sufixos que formam as palavras:

- A) coroação e indefinível.
- B) maravilhoso e pureza.
- C) intencional e maciez.
- D) pensamento e liberalidade.
- E) passeata e matinal.

8. O período “De tarde seu som vai voando em ondas mansas sobre as matas e os cerrados, e as veredas de buritis, e a melancolia do chapadão, e chega ao distante e deserto carrascal, e avança em ondas mansas sobre os campos imensos, o som do sino de ouro” (3º parágrafo) caracteriza-se por uma sintaxe em que predominam constituintes e orações em relação coordenada. Das análises de relações coordenadas abaixo, está INCORRETA, por NÃO haver coordenação, a relação entre:

- A) a oração “vai voando em ondas mansas sobre as matas e os cerrados, e as veredas de buritis, e a melancolia do chapadão” e a oração “chega ao distante e deserto carrascal”.
- B) a oração “chega ao distante e deserto carrascal” e a oração “avança em ondas mansas sobre os campos imensos”.
- C) o constituinte “as veredas de buritis” e o constituinte “a melancolia do chapadão”.
- D) o constituinte “as matas e os cerrados” e o constituinte “as veredas de buritis”.
- E) o constituinte “os campos imensos” e o constituinte “o som do sino de ouro”.

9. Os termos anafóricos são essenciais para a coerência discursiva por serem um dos fatores de coesão textual. Dos termos anafóricos abaixo destacados do texto, aquele que NÃO corresponde ao referente indicado é:

- A) “me contaram que ALI tem – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro” (1º parágrafo) / “a igreja pequena”.
- B) “com SEUS enormes carrilhões” (2º parágrafo) / “nenhuma catedral imensa”.
- C) “SEU particular sino de ouro” (4º parágrafo) / “o goiano”.
- D) “ELES sabem que Deus, com especial delícia e alegria” (3º parágrafo) / “homens pobres”.
- E) “e no SEU próprio ventre negro” (3º parágrafo) / “as grandes cidades”.

10. Considerando-se o emprego das classes de palavras, pode-se afirmar que, no período “Pois cada um de nós quando criança tem dentro da alma seu sino de ouro que depois, POR nossa culpa e miséria e corrupção, vai virando ferro e chumbo, vai virando pedra e terra, e lama e podridão” (6º parágrafo), a preposição em caixa alta pode ser substituída, sem alteração de sentido, por todas as locuções abaixo relacionadas, EXCETO por:

- A) face a.
- B) em consequência de.
- C) em razão de.
- D) a despeito de.
- E) em virtude de.

#### - Atualidades

11. “Os cenários traçados pelos economistas da FGV consideraram que os campos do pré-sal teriam reservas de 40 bilhões de barris equivalentes de petróleo em um período de 40 anos. O valor do barril atingiria US\$ 75. ‘A gente procurou fazer um cenário o mais conservador possível’. Couto revelou que, nesse cenário, o custo de operação seria de US\$ 8 e o de investimento de US\$ 14 por barril. (...) De acordo com o estudo da FGV, o impacto macroeconômico dos investimentos necessários ao desenvolvimento da produção é também significativo: a cada R\$ 1 bilhão de dispêndio, há um aumento na produção da economia brasileira em cerca de R\$ 2,45 bilhões, considerando-se os efeitos ocasionados pelo aumento de renda da população” (Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/182/2010/05/04/economia,i=190478/EXPLORACAO+DO+PRE+SAL+POR+VARIAS+EMPRESAS+E+MAIS+VANTAJOSO+PARA+O+BRASIL+AVALIA+FGV.shtml>). O pré-sal é um conjunto de:

- A) cristais derivados do beneficiamento do petróleo vindo de regiões em alto mar.
- B) sais derivados da destilação de um tipo de petróleo mais fino e valioso.
- C) rochas derivadas do magma que deram origem a sais com potencial energético.
- D) cristais de cloreto de sódio dissolvidos em petróleo e gás de poços já esgotados.
- E) rochas formadas por diversos tipos de sais, junto às quais se encontra petróleo e gás.

12. Rede social de microblogging criada em 2006 e que, desde então, apresentou grande expansão em todo o mundo. Tem como característica mensagens com o número máximo de 140 caracteres. Consegue divulgar notícias com grande rapidez, maior que outros meios jornalísticos tradicionais. Por exemplo, os tremores em São Paulo em abril de 2008 foram noticiados primeiro nessa rede social e a hashtag “#terremotosp” foi adotada na rede. A rede social de que fala o texto é o:

- A) Twitter.
- B) Linked in.
- C) Orkut.
- D) Facebook.
- E) MySpace.

13. "A Organização Mundial de Saúde (OMS) admitiu pela primeira vez que falhou na gerência da crise envolvendo a H1N1, e em sua estratégia para lidar com a primeira pandemia de influenza em 40 anos. Ontem, o Brasil deu o tom nos debates e sugeriu que a entidade redefina critérios para estabelecer a severidade de futuras pandemias e o impacto das medidas adotadas pelos países para lidar com surtos" (Adaptado de *A Tribuna de Santos*, 13/04/2010). H1N1 é a nomenclatura científica adotada para uma variedade de:

- A) bacilo, responsável pela influenza A de origem suína.
- B) vibrião, causador da influenza H existente em aves e porcos.
- C) príon, responsável pela gripe A comum em aves.
- D) bactéria, causador da influenza H de origem aviária.
- E) vírus, responsável pela gripe A de origem suína.

14. "O desenvolvimento econômico é vital para os países mais pobres, mas o caminho a seguir não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados. Mesmo porque não seria possível. Caso as sociedades do Hemisfério Sul copiassem os padrões das sociedades do Norte, a quantidade de combustíveis fósseis consumida atualmente aumentaria 10 vezes e a de recursos minerais, 200 vezes. Ao invés de aumentar os níveis de consumo dos países em desenvolvimento, é preciso reduzir os níveis observados nos países industrializados. Os crescimentos econômico e populacional das últimas décadas têm sido marcados por disparidades. Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial" (Disponível em <http://www.wwf.org.br>). O consumo crescente de combustíveis fósseis, a partir da Revolução Industrial, contribuiu para a liberação na atmosfera de:

- A) gás carbônico, responsável pela destruição da camada de ozônio, gerando o aquecimento global.
- B) dióxido de carbono, gás importante no aquecimento global, em vista de seu papel no efeito estufa.
- C) metano, molécula que contribui para o aquecimento global por favorecer a passagem dos raios ultravioleta pela camada de ozônio.
- D) monóxido de carbono, o mais importante gás responsável pelas mudanças climáticas globais.
- E) peróxido de carbono, gás fundamental para a manutenção da camada de ozônio que regula a temperatura do planeta.

15. "A ocupação desordenada de áreas naturais, a exploração predatória de recursos da natureza e a poluição são algumas ações humanas que têm trazido sérias consequências, levando o planeta a perder cada vez mais espécies animais e vegetais" (Disponível em <http://www.agencia.fapesp.br/>). Com o objetivo de chamar a atenção para a questão, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2010 o Ano Internacional:

- A) da Biosfera.
- B) contra o Aquecimento Global.
- C) da Biodiversidade.
- D) do Planeta Terra.
- E) dos Grandes Ecossistemas.

## - Noções de Administração Pública

16. A característica da redação oficial que preconiza não haver lugar na mesma para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário, isentando-a da interferência da individualidade que a elabora, denomina-se:

- A) treinamento sob a ótica de educação e desenvolvimento.
- B) motivação, valorização, comprometimento e recompensa.
- C) recrutamento e seleção.
- D) impessoalidade.
- E) pesquisa de mercado de clientes internos.

17. A atividade estatal na alocação de recursos justifica-se quando não há a necessária eficiência por parte do mecanismo de ação privada (sistema de mercado), sobretudo quando se trata de alguns investimentos em infraestrutura econômica e a provisão de bens públicos; caracteriza a seguinte função governamental:

- A) estabilizadora.
- B) alocativa.
- C) redistributiva.
- D) desenvolvimentista.
- E) estruturante.

18. O usuário do SIAFI responde integralmente pelo uso do sistema sob a sua senha e obriga-se a cumprir os requisitos de segurança instituídos pela STN, sujeitando-se às consequências das sanções penais ou administrativas cabíveis em decorrência do mau uso. Nesse sentido, o conjunto de determinadas transações atribuídas a cada Operador, para atender às necessidades de execução e consulta ao Sistema, denomina-se:

- A) nível de acesso.
- B) grau de inclusão.
- C) abrangência.
- D) integridade.
- E) perfil.

19. No SIAFI, o procedimento que tem por objetivo automatizar a rotina periódica de confirmação ou desativação de usuário pela própria Unidade Gestora (UG), através de seu operador habilitado a proceder a confirmação, e cuja não execução implica a suspensão dos usuários da UG, denomina-se conformidade de:

- A) operadores.
- B) registro.
- C) contábil.
- D) gestão.
- E) módulo.

20. Os atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, na lei, são denominados:

- A) Avisos.
- B) Portarias.
- C) Decretos.
- D) Medidas Provisórias.
- E) Apostilas.

#### - Legislação Básica

21. São competências da ANS:

- A) aplicar facultativamente as penalidades pelo descumprimento da Lei nº 9.656, de 1998, e de sua regulamentação.
- B) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados, excluídos quaisquer outros insumos.
- C) proceder à liquidação extrajudicial e autorizar o liquidante a requerer a falência ou insolvência civil das operadores de planos privados de assistência à saúde.
- D) normatizar os conceitos de doença preexistentes, mas não os de lesão preexistentes.
- E) elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, afastadas as suas excepcionalidades.

22. A Constituição Federal estabelece que a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde de forma complementar. Essa participação, nos moldes da Lei 8080/90:

- A) será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.
- B) não dará preferência a instituições de finalidade não lucrativa.
- C) será reembolsada de acordo com normatização da ANS.
- D) deverá ser feita de maneira não vinculada ao SUS, de modo a se obter a excelência do serviço prestado.
- E) estará condicionada a prévia licitação.

23. No Subsistema de Atenção à Saúde Indígena:

- A) poder-se-á, ainda que parcialmente, prescindir do respeito à cultura indígena.
- B) poder-se-á prescindir do respeito à cultura indígena.
- C) ter-se-á que prescindir do respeito à cultura indígena.
- D) não se deverá prescindir do respeito à cultura indígena.
- E) poder-se-á, facultativamente, prescindir do respeito à cultura indígena.

24. Tratamento cirúrgico experimental; fornecimento de remédios importados não nacionalizados:

- A) aquele está facultativamente incluído no plano-referência de assistência à saúde; este, parcialmente.
- B) ambos estão incluídos no plano-referência de assistência à saúde.
- C) este está incluído no plano-referência de assistência à saúde; aquele, não.
- D) aquele está incluído no plano-referência de assistência à saúde; este, não.
- E) ambos estão excluídos do plano-referência de assistência à saúde.

25. A Lei nº 9.656/98 é considerada o marco da regulamentação dos serviços de saúde no Brasil, e até diferencia planos de saúde através de sua data de vigência. A respeito desta Lei, é correto afirmar que ela estabelece que:

- A) as pessoas físicas e as pessoas e sociedades que tem domicílio no exterior não podem operar os produtos previstos naquela Lei.
- B) as operadoras privadas de assistência à saúde poderão voluntariamente requerer autorização para encerramento de suas atividades, observando, entre outros requisitos, a garantia da continuidade da prestação de serviços dos beneficiários internados ou em tratamento.
- C) os filhos que vierem a nascer podem ser inscritos como dependente do beneficiário, isentos do cumprimento do período de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de noventa dias do nascimento.
- D) é vedada a variação das contraprestações pecuniárias para consumidores com mais de sessenta anos de idade, desde que o contrato tenha sido celebrado após 1999.
- E) a ANS poderá elaborar termo de ajustamento de conduta com qualquer operadora que violar dispositivo desta Lei, interrompendo-se os prazos de prescrição até o seu cumprimento.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### - Direito Civil

26. Se B, mesmo não tendo sido acionado judicialmente, pelo decurso do tempo, por seu credor A, devolve-lhe a importância em dinheiro que A lhe havia emprestado, isto quer dizer que:

- A) embora prescrita a pretensão de A, este não tinha perdido o direito de reaver a importância que, afinal, veio a ser-lhe devolvida por B.
- B) embora decaído o direito de A, este não tinha perdido a sua pretensão de reaver a importância que, afinal, veio a ser-lhe devolvida por B.
- C) não obstante não mais existir a pretensão nem o direito de A, este veio a receber a importância que emprestara a B.
- D) não obstante prescrita a pretensão de A, este, ainda assim, a exerceu, na medida em que teve devolvida a importância que emprestara a B.
- E) como não havia ainda prescrito a pretensão de A, este acabou por receber a importância que emprestara a B.

27. Segundo o Estatuto Civil, a responsabilidade civil:

- A) é dependente da criminal, podendo-se, em qualquer hipótese, questionar sobre a existência do fato, ou acerca de quem seja o seu autor.
- B) é dependente da criminal, não se podendo questionar sobre a existência do fato, ou acerca de quem seja o seu autor, quando estas questões se encontrarem decididas no juízo criminal.
- C) é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou acerca de quem seja o seu autor, ainda que estas questões se encontrem decididas no juízo criminal.
- D) é independente da criminal, não se podendo, contudo, questionar mais sobre a existência do fato, ou acerca de quem seja o seu autor, quando estas questões se encontrarem decididas no juízo criminal.
- E) é independente da criminal, não se podendo questionar sobre a existência do fato, ou acerca de quem seja o seu autor, conquanto estas questões não se encontrem decididas no juízo criminal.

28. Pedro leva seu filho menor à emergência de determinado hospital, uma vez que este havia sofrido um acidente doméstico. Diante da gravidade da lesão sofrida, e pelo fato de Pedro não contar com plano de saúde, a direção do hospital cobra um preço muito além do usualmente praticado por ele. Na presente hipótese, tal negócio jurídico é:

- A) anulável, em razão do erro.
- B) válido, mas poderá ser revisto, em razão da onerosidade excessiva.
- C) nulo, por envolver menor.
- D) anulável, em razão do dolo do hospital.
- E) anulável, em razão do estado de perigo.

29. Pedro, estudante de dezesseis anos, contrata, através da rede mundial de computadores, a assinatura de uma conhecida revista mensal. Na hipótese:

- A) a editora pode se recusar a fornecer o bem pela invalidade do ato.
- B) o ato pode ser convalidado por seu representante legal.
- C) eventual lesão a direito de Pedro terá seu curso prescricional impedido até que Pedro complete dezoito anos.
- D) a editora não pode impor condições para o início do cumprimento de suas obrigações, por se tratar de menor.
- E) Pedro pode anular juridicamente a assinatura, com a devolução das quantias pagas, tendo como fundamento sua menoridade.

30. Em regra, não se aplica à decadência as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição; uma das exceções, porém, a esta regra é:

- A) não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- B) dar-se-á a interrupção por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- C) não corre a prescrição contra os incapazes de que trata o art. 3º.
- D) não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- E) não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.

#### - Direito Administrativo

31. O aproveitamento sanável de parte de ato administrativo corresponde à sua:

- A) repristinação.
- B) convalidação.
- C) recepção.
- D) correção.
- E) adaptação.

32. A autorização e a licença; a aprovação e a homologação:

- A) estas são atos administrativos de controle; aquelas, atos administrativos negociais.
- B) estas são atos administrativos negociais; aquelas, atos administrativos de controle.
- C) tanto estas como aquelas são atos administrativos de controle.
- D) tanto estas como aquelas são atos administrativos negociais.
- E) estas são atos administrativos parcialmente de controle; aquelas, atos administrativos facultativamente negociais.

33. A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS está sujeita ao princípio da:

- A) subsidiariedade, exercendo típico poder de polícia.
- B) especialidade, exercendo típico poder de polícia.
- C) consunção, não exercendo típico poder de polícia.
- D) subsidiariedade, controlando atividade que constitui objeto de concessão de serviço público.
- E) especialidade, controlando atividade que constitui objeto de autorização de serviço público.

34. A revogação de ato administrativo:

- A) pode dar-se pela própria administração e pelo Poder Judiciário.
- B) só pode dar-se pelo Poder Judiciário.
- C) pode dar-se pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.
- D) só pode dar-se pela própria administração.
- E) pode dar-se pela própria administração e, excepcionalmente, pelo Poder Legislativo.

35. Em contrato administrativo de locação com ente privado, a administração:

- A) exclui totalmente o interesse público.
- B) exclui totalmente o interesse privado.
- C) iguala-se ao ente privado, subordinando-se ao interesse deste.
- D) iguala-se ao ente privado, sem preterição, porém, do interesse público.
- E) iguala-se ao ente privado, desconsiderando, como regra, o interesse público.

36. Servidores públicos contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público:

- A) exercem, facultativamente, cargos públicos e, excepcionalmente, funções públicas.
- B) exercem cargos públicos.
- C) não exercem nem cargos, nem funções públicas, mas, sim, empregos públicos.
- D) exercem, parcialmente, empregos públicos.
- E) exercem funções públicas.

37. Quando o administrador público incentiva seus administrados a verificarem as contas da sua Administração, ele está dando concretude, sobretudo, ao princípio da:

- A) impessoalidade.
- B) eficiência.
- C) moralidade.
- D) legalidade.
- E) razoabilidade.

38. No processo administrativo, em instância superior:

- A) não é possível produzir novas provas, mas, sim, alegar o que não foi arguido de início.
- B) é possível alegar o que não foi arguido de início, mas não reexaminar a matéria de fato.
- C) não é possível alegar o que não foi arguido de início, nem reexaminar a matéria de fato.
- D) é possível produzir novas provas, mas não reexaminar a matéria de fato.
- E) é possível alegar o que não foi arguido de início e reexaminar a matéria de fato.

39. Acerca da responsabilidade civil da Administração Pública:

- A) em regra, é objetiva com fundamento no risco administrativo, admitindo, portanto, excludentes de responsabilidade baseados no caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima.
- B) reparado o dano, a Administração Pública pode reaver, em qualquer hipótese, o valor do servidor causador do dano.
- C) tem prescrição regulada pelo Código Civil, tão somente.
- D) tem como fundamentos os princípios gerais do Direito, sem normatização legal.
- E) comprovada a culpa do servidor, cessa a responsabilidade da Administração Pública, devendo o administrado buscar a reparação do próprio servidor.

40. A ANS tem, como uma de suas competências, o poder de lavrar autos de infração contra operadoras que violem os dispositivos da Lei nº 9.665/98. Neste caso, tem-se uma manifestação do poder:

- A) regulamentar.
- B) da polícia.
- C) de polícia.
- D) julgador.
- E) hierárquico.

#### - Direito Constitucional

41. De acordo com a Constituição Federal (art. 199), a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Essa participação:

- A) pode ser realizada na captação de órgãos, tecidos ou substâncias humanas para fins de transplantes, inclusive com fins de comercialização.
- B) poderá ser objeto de destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenção, em qualquer hipótese.
- C) não permite, em qualquer hipótese, a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- D) permite que as instituições privadas possam participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- E) não permite a celebração de convênios entre o Poder Público e as sociedades empresárias que tenham por objeto a assistência à saúde.

42. De acordo com a Constituição:

- A) é competência privativa da União legislar sobre defesa da saúde.
- B) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- C) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga lei estadual, no que lhe for contrário.
- D) lei complementar poderá autorizar os Estados e os Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.
- E) compete à União e aos Estados legislar concorrentemente.

43. A criação de autarquia vinculada ao Ministério da Saúde:

- A) deve ser feita por lei de iniciativa privativa do Presidente da República.
- B) pode ser feita através de decreto presidencial, na forma do art. 84, III.
- C) deve ser feita por lei, que terá tramitação com início no Senado Federal.
- D) vetada a lei, pode o veto ser cancelado pelo Senado, quando então a lei será promulgada pelo Presidente do Senado.
- E) pode ser feita através de medida provisória, de forma a substituir projeto de lei aprovado no Congresso Nacional e pendente de sanção.

44. Empresas públicas e sociedades de economia mista: segundo a Constituição da República:

- A) estas e aquelas podem gozar, parcialmente, de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- B) estas e aquelas podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- C) estas podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado; aquelas, não.
- D) aquelas podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado; estas, não.
- E) estas e aquelas não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

45. Os direitos sociais, na Constituição da República, estão elencados:

- A) exhaustivamente.
- B) em *numerus clausus*.
- C) de forma aberta.
- D) hierarquicamente.
- E) subsidiariamente.

46. A proteção e a defesa da saúde são competências:

- A) preferenciais da União.
- B) comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) concorrentes da União e dos Estados.
- D) comuns da União, dos Estados e dos Municípios.
- E) concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal.

47. A dívida externa e a dívida interna das autarquias federais serão reguladas:

- A) esta e aquela, por decreto do Poder Executivo.
- B) esta e aquela, por lei ordinária.
- C) esta e aquela, por lei complementar.
- D) esta, por lei complementar; aquela, por lei ordinária.
- E) aquela por lei complementar; esta, por lei ordinária.

48. O fato de exigir maioria qualificada para admitir emendas ao seu texto faz com que, neste particular, a atual Constituição da República Federativa do Brasil seja considerada:

- A) rígida.
- B) histórica.
- C) dogmática.
- D) semirrígida.
- E) pétrea.

49. À parte a hipótese de guerra declarada, a pena de morte:

- A) só poderá ser introduzida no Brasil mediante lei complementar.
- B) só poderá ser introduzida mediante emenda constitucional.
- C) não pode ser instituída no Brasil, porquanto sua implantação constituiria grave ofensa aos direitos humanos.
- D) não pode ser instituída no Brasil, porquanto sua proibição se constitui em direito e garantia constitucional.
- E) não pode ser introduzida no Brasil, porquanto sua implantação feriria acordos e tratados internacionais.

50. Do texto da Constituição da República extrai-se o entendimento de que, no tocante às competências da União e às competências dos Estados Federados:

- A) estas são taxativas; aquelas, residuais.
- B) aquelas são taxativas; estas, residuais.
- C) estas e aquelas são taxativas.
- D) estas e aquelas são residuais.
- E) aquelas são parcialmente taxativas; estas, parcialmente residuais.

#### - Regulamentações Setoriais

51. No âmbito de suas competências, a ANS arrecada diversos valores, tributários e não tributários. Tais débitos podem ser parcelados conforme a Resolução 04, de 19 de abril de 2002, que dispõe, entre outras providências, que:

- A) considerar-se-ão automaticamente deferidos os pedidos de parcelamento instruídos com a observância desta Resolução Normativa, após decorridos noventa dias da data de seu protocolo, sem manifestação da autoridade.
- B) os débitos tributários e não tributários para com a ANS poderão ser parcelados em até cento e vinte prestações mensais.
- C) débito inscrito em Dívida Ativa da ANS não poderá ser parcelado.
- D) tratando-se de débitos em execução fiscal, com penhora ou arresto de bens efetivados nos autos, ou com outra garantia, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a concessão do parcelamento fica condicionada à manutenção da mencionada garantia, observados os requisitos de suficiência e idoneidade, exceto se o débito for inferior a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
- E) o valor máximo do débito consolidado, para fins do parcelamento simplificado, não poderá ser superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

52. MARIA, jovem de 24 anos, decide realizar intervenção cirúrgica consistente em lipoaspiração. No entanto, mesmo diante de todas as precauções, ela vem a sofrer uma parada cardiorrespiratória. Levada a hospital conveniado a seu plano de saúde, este se recusa a atendê-la, alegando que a complicação se originou de procedimento não coberto. Na hipótese:

- A) a operadora deve atendê-la, pois se trata de direito básico do consumidor.
- B) nos termos da Súmula Normativa nº 10, da ANS, a operadora do plano cometeu ato ilícito, pois a complicação deve ser considerada evento isolado do procedimento que a originou.
- C) a responsabilidade é unicamente da clínica que realizou a intervenção, portanto não se pode falar em responsabilidade da operadora.
- D) a operadora não precisa atendê-la, pois o ato não está coberto pelo plano contratado.
- E) a operadora deve atendê-la, e depois ser ressarcida pelos meios corretos, tudo para preservar a vida de Maria.

53. De acordo com a RN 211/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a atenção prestada aos portadores de transtornos mentais deverá priorizar:

- A) o atendimento em consultórios e a internação psiquiátrica.
- B) a internação psiquiátrica.
- C) a internação psiquiátrica e o atendimento ambulatorial.
- D) o atendimento ambulatorial e em consultórios.
- E) o atendimento ambulatorial.

54. Na conformidade do que determina a RN nº 211/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos contratos de planos de assistência à saúde individuais ou familiares, coletivos por adesão e coletivos empresariais, é obrigatória a cobertura dos procedimentos elencados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, relacionados:

- A) com acidentes de trabalho e, facultativamente, com a saúde ocupacional.
- B) com a saúde ocupacional e acidentes de trabalho.
- C) com a saúde ocupacional, mas não com acidentes de trabalho.
- D) ou não com acidentes de trabalho.
- E) ou não com a saúde ocupacional e acidentes de trabalho.

55. Segundo a Resolução Normativa nº 162/2007, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em processo administrativo para comprovação do conhecimento prévio de doenças ou lesões preexistentes o ônus da prova cabe:

- A) ao médico que possa comprovar que o beneficiário já era sabedor de ser portador de doença ou lesão preexistente no momento da contratação, mas não no da adesão ao plano privado de assistência à saúde.
- B) ao beneficiário, devendo comprovar que ele sabia ser portador de doença ou lesão preexistente não declarada no momento da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde.
- C) à operadora, devendo comprovar o conhecimento prévio, pelo beneficiário, de doença ou lesão preexistente não declarada no momento da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde.
- D) à operadora e a médico indicado pelo beneficiário, que deverão comprovar que o beneficiário já era sabedor de ser portador de doença ou lesão preexistente no momento da adesão, mas não no da contratação, ao plano privado de assistência à saúde.
- E) ao médico, ao beneficiário e à própria operadora, que deverão comprovar que, no momento da contratação ou da adesão a plano privado de assistência à saúde, o beneficiário já era portador de doença ou lesão preexistente.

56. Na hipótese de uma operadora de plano de assistência à saúde ter de proceder a ressarcimento do Sistema Único de Saúde, os valores a serem ressarcidos:

- A) poderão ser inferiores aos praticados pelo SUS, mas não superiores aos praticados no mercado de saúde suplementar.
- B) poderão, eventualmente, ser inferiores aos praticados pelo SUS, e, também eventualmente, ser superiores à média dos praticados no mercado de saúde suplementar.
- C) poderão ser superiores à média dos praticados no mercado de saúde suplementar, mas não inferiores aos praticados pelo SUS.
- D) não poderão ser inferiores aos praticados pelo SUS, nem superiores à média dos praticados no mercado de saúde suplementar.
- E) poderão, a critério da ANS, ser inferiores aos praticados pelo SUS, e, a critério da operadora, ser eventualmente superiores aos praticados no mercado de saúde suplementar.

57. A falsidade documental havida em processo administrativo de ressarcimento ao SUS:

- A) terá consequências tão somente judiciais.
- B) será punida administrativa e penalmente pela ANS.
- C) será punida administrativamente na forma da legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal.
- D) será parcialmente punida no âmbito administrativo e facultativamente em sede judicial.
- E) será punida penalmente pela ANS e administrativamente pelo Poder Judiciário.

58. A cobrança judicial dos créditos referentes ao ressarcimento ao SUS; a cobrança extrajudicial dos créditos referentes ao ressarcimento ao SUS:

- A) ambas competem à ANS.
- B) ambas competem ao Ministério da Saúde.
- C) esta compete à ANS; aquela, ao Ministério da Saúde.
- D) aquela compete à ANS; esta, ao Ministério da Saúde.
- E) ambas competem ao Ministério da Saúde e ao beneficiário.

59. No caso de sua exclusão de plano privado de assistência à saúde, o seu titular:

- A) não poderá transferir a titularidade a um dos dependentes, justamente por não ser mais beneficiário do plano.
- B) poderá transferir a titularidade a um dos dependentes ou permanecer somente como responsável financeiro, malgrado não ser mais beneficiário do plano contratado.
- C) conquanto possa transferir a titularidade a um dos dependentes, continuará, ainda que parcialmente, a ser beneficiário do plano.
- D) poderá continuar a ser beneficiário do plano, contanto que continue a ser financeiramente responsável.
- E) conquanto não possa transferir a titularidade a um dos dependentes, não poderá continuar a ser financeiramente responsável.

60. De acordo com a Resolução Normativa 211/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, os procedimentos bucomaxilofaciais que necessitarem de internação hospitalar:

- A) são facultativamente cobertos pelos planos odontológicos e, portanto, têm alternativa cobertura parcial no plano de segmentação hospitalar e plano-referência.
- B) conquanto cobertos pelos planos odontológicos, não têm cobertura obrigatória no plano de segmentação hospitalar e plano-referência.
- C) não são cobertos pelos planos odontológicos e, portanto, não têm cobertura no plano de segmentação hospitalar e plano-referência.
- D) são cobertos pelos planos odontológicos e, portanto, têm cobertura no plano de segmentação hospitalar e plano-referência.
- E) conquanto não cobertos pelos planos odontológicos, têm cobertura obrigatória no plano de segmentação hospitalar e plano-referência.